



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº CM 01 DE 2023.

**Altera disposições na Lei Complementar nº 93/2016, que “Dispõe sobre a Estrutura Administrativa, Organizacional e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Iturama, e dá outras providências”.**

A Câmara Municipal de Iturama decreta:

**Art. 1º** Acresce parágrafo único no artigo 61-A da Lei Complementar nº 93/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 61-A. ...**

**Parágrafo único.** Os agentes políticos terão direito ao benefício de Plano Privado de Assistência à Saúde contratado pela Câmara Municipal de Iturama.

**Art. 2º** Altera disposições da Lei Complementar n.º 125e 126/2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** Fica a Câmara Municipal de Iturama autorizada a contratar Plano Privado de Assistência à Saúde em benefício de seus servidores e agentes políticos. (N.R.)

**Art. 3º** A modalidade do Plano Privado de Assistência à Saúde de que trata esta Lei Complementar será do tipo Formação do Preço Preestabelecido, sem coparticipação, acomodação apartamento (privativo) devendo a Câmara Municipal arcar com 100% (cem por cento) da contraprestação pecuniária mensal dos planos contratados pelos servidores ativos e inativos e agentes políticos. (N.R.)

**Art. 4º** Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Iturama o auxílio saúde, em pecúnia, na folha de pagamento, aos servidores e agentes políticos que não optaram pelo plano privado de assistência á Saúde contratado pela Câmara Municipal. (N.R.)

§ 1º Só farão jus ao auxílio-saúde os servidores agentes político que, ao tempo da contratação do plano-privado de Assistência á Saúde pela Câmara Municipal de Iturama, já tinha contratado anteriormente plano de saúde.(N.R.)

§2º Os servidores e agentes políticos, para fazer jus ao auxílio-saúde estabelecido nesta lei complementar, deverão comprovar a contratação de plano privado de assistência á Saúde junto ao Departamento de Gestão em Recursos Humanos (N.R.)

§ 3º Anualmente, na data de seu aniversário, os servidores e agentes políticos que fizerem jus ao auxílio-saúde deverão comprovar que mantém contrato de Plano Privado de Assistência á Saúde, sob pena de perderem o direito ao benefício(N.R.)



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei Complementar, bem como os seus respectivos encargos, serão efetuadas nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias:

Fichas:

18 - 01.01.02.01.031.0001.2.002 – Manutenção Administração do Poder Legislativo  
- 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Iturama/MG, em 04 de julho de 2023.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE.

Ver. Márcio Fortunato de Godoy

Ver. Márcio Antônio Molina

Ver.(a) Ana Carolina Freitas Miranda